

CORREIO NACIONAL



Relatório do Human Rights revela ação

Fazendas ilegais de gado devastam áreas protegidas

A pecuária em fazendas ilegais devastou áreas da Amazônia, localizadas no estado do Pará, que deveriam ser protegidas para garantir a subsistência de pequenos agricultores e dos povos indígenas. É o que demonstra o relatório Gado Sujo, lançado neste mês de outubro pela Human Rights Watch (HRW). A análise de documentos oficiais mostrou ainda que as fazendas conseguiram comercializar o gado ilegal, colocando-o

na cadeia produtiva de carne no país. O documento detalha ainda como fazendeiros se apropriaram ilegalmente de terras, segundo a legislação brasileira, e devastaram os meios de subsistência dos agricultores do projeto Terra Nossa e da Terra Indígena Cachoeira Seca, afetando seus direitos à moradia, à terra e à cultura. De acordo com a entidade, o resultado é uma enorme pressão da pecuária ilegal sobre as comunidades locais.

Encontro defende políticas públicas

Ministras, parlamentares e representantes da comunidade LGBTQIA+ de todo o país defenderam, durante encontro em Brasília, a necessidade da combinação de políticas públicas e participação social como caminho de transformação no combate à violência e à discriminação. Eles participam da

4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que vai até sexta-feira (25). Uma política nacional voltada para a comunidade deve ser apresentada após o evento. Mais de 1,5 mil pessoas de diferentes regiões do país estão na capital para participar das discussões.

Substituição de roedor em testes

Pesquisa da bióloga Renata Norbert, do Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (INCQS/Fiocruz), sobre a substituição de camundongos por ensaios in vitro para controle da qualidade de soros contra o veneno de cobras do gênero Bothrops, foi pre-

miado pela Sociedade Europeia para Alternativa de Testes em Animais, no 13º Congresso Mundial de Alternativas ao Uso de Animais. O trabalho obteve também menção honrosa do Centro Nacional para a Substituição, Refinamento e Redução de Animais em Pesquisa, organização científica britânica.

Laudo de diabetes tipo 1

A Câmara dos Deputados aprovou hoje (21) projeto de Lei (PL) que concede validade por prazo indeterminado ao laudo de diabetes tipo 1. O diabetes tipo 1 (mellitus tipo 1 – DM1) tem origem hereditária e não pode ser revertido, por isso o acesso aos medicamentos não precisam de laudos reno-

vados periodicamente. O texto será enviado ao Senado. Os deputados aprovaram um texto substitutivo ao PL 3472/23, de autoria do deputado Dr. Zacharias Calil (União-GO). O relator, deputado Max Lemos (PDT-RJ), disse que fez pequenos ajustes de técnica legislativa.

Oferta do Implanon no SUS

Como parte da estratégia para ofertar no SUS o implante subdérmico contraceptivo de etonogestrel, conhecido como Implanon, o Ministério da Saúde iniciou, nesta quarta-feira (22/10), a capacitação de profissionais que atuarão na orientação, na inserção e no

acompanhamento das pacientes que optarem pelo método. A primeira oficina aconteceu em Salvador (BA). Até o final de 2025, todas as unidades da federação, incluindo o Distrito Federal, receberão formações sobre o implante, que é considerado vantajoso.

Enamed e Revalida

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou, nesta quarta-feira, 22 de outubro, a versão preliminar do gabarito da prova objetiva do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) 2025 e da 1ª etapa da segun-

da edição do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por instituições de educação superior (Revalida). Os gabaritos preliminares estão disponíveis nos sistemas dos exames e no portal do Inep. O prazo para interpor recursos começou ontem.

Saúde destina auxílio para pacientes de radioterapia

Ministério atualiza regras e amplia serviços no país

Por Isabel Dourado

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) estima 704 mil novos casos de câncer por ano no Brasil. A doença é a segunda causa de morte no país. Diante deste quadro, o Ministério da Saúde anunciou nesta quarta-feira (22), em Brasília, um auxílio exclusivo para custear o transporte, a alimentação e a hospedagem de pacientes que precisam fazer radioterapia. A medida faz parte do programa ‘Agora Tem Especialistas’.

Segundo a pasta, o tratamento de radioterapia é indicado em 60% dos casos oncológicos e 40% dos pacientes do SUS precisam buscar atendimento fora da sua região de saúde. Além disso, o tratamento exige medicamentos de tecnologia avançada de alto custo.

O auxílio anunciado pelo ministério funcionará da seguinte forma: tanto o paciente quanto o acompanhante terão direito a R\$ 150,00 para o transporte e R\$ 150,00 para alimentação e hospedagem.

A assistência tem o objetivo de reduzir o abandono e os atrasos no tratamento, oferecendo alívio financeiro às famílias. Além disso, busca diminuir a desigualdade geográfica, especialmente para pacientes que vivem em áreas rurais ou de difícil acesso.



Walterson Rosa/MS

Segundo Padilha, intenção é mobilizar áreas pública e privada

Em média, um paciente se desloca 144,6 km para poder fazer o tratamento, o que equivale a 2 horas e 30 minutos de viagem.

O secretário de Atenção Especializada à Saúde, Mozart Salles, frisou a importância da medida e citou que o auxílio será uma oportunidade para os pacientes terem acesso ao tratamento de forma digna e humanizada.

“Escrevemos um capítulo muito importante na história do SUS. Eu tenho certeza que muitas vidas serão salvas”, afirmou.

Setor privado

Outra iniciativa anunciada pela pasta é a criação da Assistência Farmacêutica Oncológica, que assegurará o custeio federal de medicamentos utilizados no tratamento do câncer. A ideia é priorizar a compra de medicamentos mais modernos, especialmente os que são usados no tratamento do câncer de mama.

Para ampliar ainda mais o acesso à radioterapia no país, o programa também está mobilizando o setor privado, fortalecendo o modelo de Parceria Público-Privada. Com isso,

hospitais e clínicas privadas — com ou sem fins lucrativos — poderão oferecer seus serviços aos pacientes do SUS.

Durante três anos, será obrigatório destinar pelo menos 30% da capacidade instalada desses estabelecimentos à rede pública. “Estamos seguindo as diretrizes fundamentais do programa ‘Agora Tem Especialistas’. Primeiro, é mobilizar a rede pública e privada. Não tem como consolidar uma maior rede pública sem atrair a estrutura privada que existe no Brasil”, afirmou o ministro Alexandre Padilha.

Bruno Peres/Agência Brasil



Material foi apresentado nesta terça-feira (21) em evento em São Paulo

Guia para uso seguro da internet por adolescentes

Para ajudar os adolescentes a navegar com mais segurança na internet, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), lançou nesta terça-feira (21) o guia Internet com Resposta Só para Adolescentes: Proteção no Uso da Internet.

O guia foi produzido após conversas com adolescentes de todas as regiões do Brasil e foi apresentado na tarde de hoje (21) durante o 10º Simpósio de Crianças e Adolescentes na Internet, que termina amanhã (22) na capital paulista.

O material está disponível gratuitamente na internet e fornece dicas para incentivar os jovens a navegarem de forma segura, crítica e equilibrada no ambiente online, tratando de assuntos importantes como privacidade, desinformação, saúde mental, inteligência artificial e cyberbullying.

“Esse é um projeto que representa para a gente esse avanço na conscientização e na proteção de adolescentes no ambiente digital e também uma ferramenta muito po-

derosa para educar, orientar e ponderar os próprios adolescentes para esse uso seguro das tecnologias”, disse Mariana Venâncio, advogada do NIC.br.

Para a elaboração da cartilha, foram feitas escutas com crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, explicou a diretora de Projetos da Rede Conhecimento Social, Harika Merisse Maia. “Foi muita coragem do NIC.br de se abrir para crianças e adolescentes falarem”, disse ela, durante o evento. “Geralmente fazemos poucas perguntas para as crianças. Mas foi muito legal escutá-las e trazer isso para o guia”, completou.

Durante essa conversa com as crianças e adolescentes, contou Harika, foi possível perceber dados interessantes como o fato de que meninos e meninas entre 9 e 11 anos costumam usar o celular por meio das contas dos pais para poderem jogar de forma offline ou para assistirem a vídeos. Já os adolescentes de 12 a 17 anos usam o aparelho para fazerem compras, acessarem

as redes sociais e até mesmo para fazerem apostas. “Os jogos são a principal porta de entrada para as redes sociais e para a internet como um todo. E, quando se fala de adolescentes, eles estão muito mais expostos a conteúdos que não são adequados como, por exemplo, jogos de azar.”

Segundo a diretora, durante essa escuta com crianças e adolescentes, os próprios entrevistados apontaram recomendações sobre como fazer o uso seguro da internet.

“Temos uma lista de sete recomendações para garantir um ambiente digital mais seguro para crianças e adolescentes, que vieram deles. Entre essas recomendações está a definição de um tempo limite para uso da internet. Eles mesmo estão pedindo limite. E isso vem aparecendo em várias pesquisas que temos feito. Eles também não se importam de o pai e de a mãe saberem o que eles estão fazendo. O problema é eles sentirem que a privacidade foi, de alguma forma, ultrapassada”, explicou Harika.

Cláudio Castro pede maior rigidez na legislação de combate às drogas

O governador Cláudio Castro defendeu uma legislação mais rígida e uma maior integração entre o Governo Federal, Estadual e municípios para conseguir resultados efetivos na área de segurança pública. As declarações foram feitas na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Com o tema “Segurança Pública no Estado do Rio Janeiro”, a audiência reuniu autoridades do Governo do Estado e deputados federais para fortalecer e elaborar novas opções de combate à criminalidade.

“Atualmente temos um pacote de medidas no Senado Federal, com pequenas alterações na legislação, que fazem toda a diferença. A primeira coisa que o criminoso faz, na frente do juiz, é se declarar traficante porque ele não responderá no Código Penal, e sim pela Lei de Droga que é mais benéfica. Ser traficante o beneficia”, criticou o governador.

Durante quatro horas de participação na audiência pública, Castro também pediu um maior controle das fronteiras, citando os dados recordes de apreensão de fuzis no Rio de Janeiro, já que o Estado não produz essas armas. Para o governador, até mesmo para retomar territórios, é preciso ter mais rigor em relação à disseminação de armas de guerra por todo o Brasil.

“Para que a ocupação de território aconteça, depende de um item básico, que são as armas. O Rio de Janeiro não produz armas e não produz drogas. Essas drogas entram pelas fronteiras federais, pelos portos, pelos aeroportos, pelos estados. É um conjunto de responsabilidade federal e estadual”, pontuou Castro.